

MAER-EPCAR-ESCOLA PREPARAT.CADETES DO AR/MG

Termo de Referência 39/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
39/2026	120025-MAER-EPCAR-ESCOLA PREPARAT.CADETES DO AR /MG	VIRGILIO AUGUSTO MIRANDA	19/06/2026 11:06 (v 0.13)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		67550.000248/2026-62

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 67550.000248/2026-62)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais permanentes e consumo para atender as necessidades do programa SISI (Projeto do Sistema Integrado de Segurança das Instalações) do Grupo de Segurança e Defesa de Barbacena (GSD-BQ) da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Rádio comunicador portátil digital e analógico, operando nas faixas VHF 136-174 MHz ou UHF 350-400 MHz ou UHF 400-470 MHz, com no mínimo 48 canais distribuídos em 3 zonas, bateria de íons de lítio de 7,2 V e capacidade mínima de 2.000 mAh, autonomia mínima de 16 horas em modo analógico e 22 horas em modo digital, antena tipo whip com ganho mínimo de 2,15 dBi e impedância de 50 ohms, ou especificação tecnicamente equivalente ou superior. Os equipamentos deverão comunicar com o Hytera PD406.	613657	UN	20	R\$ 1.664,99	R\$ 33.299,80
	Repetidora de comunicação portátil híbrida (analógica e digital),					

2	homologada pela Anatel, com no mínimo 32 canais de memória programáveis via software, em conformidade com a norma MIL-STD-810F ou superior, acompanhada de rack transportável e fonte de alimentação compatível com o equipamento	624362	UN	2	R\$ 14.998,99	R\$ 29.997,98
3	Monitor profissional LED de 50 polegadas, resolução mínima 4K UHD (3840 x 2160), operação contínua mínima de 16 horas por dia e 7 dias por semana (16/7), brilho mínimo de 350 cd/m², com entradas HDMI, USB, RS232C, RJ45 e saída/entrada de áudio, ou especificação técnica equivalente ou superior.	625395	UN	2	R\$ 4.190,00	R\$ 8.380,00
4	Refletor solar LED retangular, potência nominal mínima de 1000 W ou equivalente, com bateria recarregável integrada, grau de proteção mínimo IP65 e acessórios para instalação.	607399	UN	4	R\$ 260,00	R\$ 1.040,00
5	Portão correção com dimensões aproximadas de 5,00 m x 1,00 m, confeccionado em estrutura de perfil tubular de aço carbono, com preenchimento em gradil metálico de fio com espessura mínima de 4 mm, incluindo trilho, roldanas, ferragens e demais acessórios necessários à instalação, com tratamento anticorrosivo e acabamento adequado para uso externo.	482983	UN	2	R\$ 2.549,00	R\$ 5.098,00
6	Rádio comunicador portátil bidirecional de banda dupla, operando nas faixas de frequência de 144-148 MHz e 420-450 MHz, com display digital, programação de canais, bateria recarregável, antena removível e homologação pela Anatel, com características técnicas equivalentes ou superiores às especificadas. Os equipamentos deverão comunicar com o Hytera PD406.	356650	UN	24	R\$ 146,87	R\$ 3.524,88
7	Bateria compatível com rádios portáteis Hytera PD406, modelo BL1504 ou equivalente tecnicamente compatível, com capacidade mínima de 1.500 mAh e tensão nominal de 7,4 V	613652	UN	40	R\$ 340,00	R\$ 13.600,00
8	Antena VHF compatível com rádio portátil Hytera PD406, faixa de 146-174 MHz, impedância 50 ohms, modelo AN0160 ou equivalente tecnicamente compatível, destinada à reposição de equipamentos já em uso pelo órgão	455537	UN	40	R\$ 75,00	R\$ 3.000,00
9	Disco rígido interno para sistemas					

	de videomonitoramento (CFTV/NVR), capacidade mínima de 10TB, formato 3,5", interface SATA, tecnologia de gravação CMR, destinado a operação contínua 24/7 em ambientes de vigilância, ou equivalente tecnicamente superior.	623692	UN	11	R\$ 2.390,00	R\$ 26.290,00
10	Switch com 8 portas PoE e 2 portas uplink Gigabit (10/100/1000 Mbps), compatível com padrão IEEE 802.3af/at, com capacidade mínima de fornecimento total de potência PoE de X W, portas com detecção automática de dispositivos, taxa de comutação mínima de X Gbps, com ou sem gerenciamento (conforme necessidade do projeto), ou equivalente tecnicamente superior.	626906	UN	20	R\$ 645,00	R\$ 12.900,00
11	Transceptor óptico SFP (mini-GBIC), padrão 1000BASE-SX, comprimento de onda 850 nm, conector LC duplex, compatível com fibra multimodo (OM2/OM3/OM4), sem adaptadores externos, suporte a taxa de transmissão de 1 Gbps, ou equivalente tecnicamente superior.	486617	UN	50	R\$ 200,00	10.000,00
12	Luva tática com palma em aramida ou material de resistência equivalente a cortes, proteção no dorso e falanges em material termoplástico (TPR ou similar), compatível com uso operacional, com reforço contra abrasão, tecido respirável tipo mesh, compatibilidade com telas touch nos dedos, fechamento em velcro ajustável, cor verde oliva, tamanho grande, ou equivalente tecnicamente superior. Tamanho grande.	633714	UN	11	R\$ 351,41	R\$ 3.865,51
13	Fiel de retenção tipo cordão com mola (spring coil), confeccionado em material plástico de alta resistência, com sistema de fixação por mosquetão em ambas as extremidades, destinado à retenção de equipamento ao usuário, com comprimento estendido aproximado de 130 cm e comprimento compacto aproximado de 48 cm, na cor verde oliva, ou equivalente tecnicamente superior	601993	UN	11	R\$ 39,50	R\$ 434,50
14	Colete tático confeccionado em tecido de alta resistência tipo poliamida ou equivalente, densidade mínima equivalente a 1000 denier, com sistema modular tipo MOLLE, costura em fio de alta resistência, fechos e passadores em polímero injetado ou material equivalente, zíperes de alta	630683	UN	11	R\$ 689,00	R\$ 7.579,00

	resistência compatíveis com uso operacional, sistema de abertura e ajuste com fechamento seguro, sistema de liberação rápida, alças reforçadas com capacidade mínima de carga de 450 kgf, acolchoamento em material tipo EVA ou equivalente, na cor verde oliva, tamanho G ou equivalente ajustável.					
15	Porta rádio confeccionado em tecido de alta resistência tipo poliamida ou equivalente, densidade mínima equivalente a 1000 denier, com sistema de fixação por velcro e/ou passadores, costura reforçada em fio de alta resistência, fechos e passadores em polímero injetado ou material equivalente, com sistema de regulagem de altura e largura, na cor verde oliva, ou equivalente tecnicamente superior	326740	UN	11	R\$ 70,00	R\$ 770,00
16	Estojo porta carregador calibre 5,56 mm confeccionado em tecido de alta resistência tipo poliamida ou equivalente, densidade mínima equivalente a 1000 denier, com sistema de fixação modular tipo MOLLE, costura reforçada em fio de alta resistência, sistema de fechamento com elástico e regulagem ajustável na abertura, componentes em polímero injetado ou material equivalente, na cor verde oliva ou similar.	627559	UN	11	R\$ 78,10	R\$ 859,10
17	Estojo porta carregador para pistola calibre 9mm, confeccionado em tecido de alta resistência tipo poliamida ou equivalente, densidade mínima equivalente a 1000 denier, com sistema de fixação modular tipo MOLLE, costuras reforçadas em fio de alta resistência, sistema de fechamento ajustável por velcro ou equivalente, com abas de regulagem interna e externa, com sistema de drenagem e ferragens em material metálico anticorrosivo ou equivalente, na cor verde oliva.	628164	UN	11	R\$ 98,00	R\$ 1.078,00
18	Bolsa de hidratação confeccionada em tecido de alta resistência tipo poliamida ou equivalente, densidade mínima equivalente a 1000 denier, compatível com sistema modular tipo MOLLE, com reservatório de hidratação removível (não incluso), capacidade de acoplamento frontal para acessórios, saída superior para mangueira de hidratação, abertura lateral para reabastecimento, sistema de fechamento por zíper e /ou velcro de alta resistência,	465944	UN	11	R\$ 149,00	R\$ 1.639,00

	compartimento térmico interno de aproximadamente 5 mm, na cor verde oliva ou equivalente					
19	Bolso modular confeccionado em tecido de alta resistência tipo poliamida ou equivalente, densidade mínima equivalente a 1000 denier, compatível com sistema modular tipo MOLLE, com fechamento por zíper de alta resistência e/ou velcro, costuras reforçadas em fio de alta resistência, elástico interno para organização de materiais, com dimensões aproximadas de 12 cm x 14 cm x 5,5 cm ou ajustadas conforme padrão do fabricante, na cor verde oliva ou equivalente	484516	UN	11	R\$ 92,00	R\$ 1.012,00
20	Bolso modular vertical confeccionado em tecido de alta resistência tipo poliamida ou equivalente, densidade mínima equivalente a 1000 denier, compatível com sistema modular tipo MOLLE, com costuras reforçadas em fio de alta resistência, sistema de fechamento por zíper de alta resistência e/ou velcro, com elástico interno para organização de materiais, dimensões aproximadas de 12 cm x 17 cm x 5,5 cm com tolerância de fabricação, na cor verde oliva ou equivalente	628602	UN	11	R\$ 92,00	R\$ 1.012,00
21	Bolso tático para APH confeccionado em tecido de alta resistência tipo poliamida ou equivalente, densidade mínima equivalente a 1000 denier, com reforço interno em material de menor densidade para melhor flexibilidade, compatível com sistema modular tipo MOLLE, com sistema de fechamento seguro por zíper e/ou velcro de alta resistência, sistema de organização interna com elásticos de diferentes larguras para acondicionamento de materiais de atendimento pré-hospitalar, sistema de saque rápido da plataforma, dimensões aproximadas de 11 cm x 17 cm x 7 cm com tolerância de fabricação, na cor verde oliva ou equivalente	484516	UN	11	R\$ 169,90	R\$ 1.868,90
22	Joelheira confeccionada em material termoplástico (TPU ou equivalente), flexível e resistente a impactos, com sistema de fixação ajustável triplo, com clip de engate rápido, parte interna em malha respirável e parte externa em material resistente à abrasão, acabamento fosco antirreflexo, na cor verde oliva ou equivalente	603603	UN	11	R\$ 239,00	R\$ 2.629,00
	Sistema de coldre tático					

23	confeccionado em polímero de alta resistência, compatível com pistolas padrão institucional, com retenção de nível ajustável, sistema de segurança com trava de polegar ou equivalente, revestimento interno de proteção para redução de atrito, plataforma de fixação ao cinto com sistema de rotação ajustável, com múltiplos níveis de angulação e regulagem, compatível com cintos de até 55 mm, com sistema de fixação por fivelas e cintas ajustáveis, permitindo uso em plataforma de coxa anatômica, ou equivalente tecnicamente superior.	620166	UN	11	R\$ 415,00	R\$ 4.565,00
24	Bolsa de perna confeccionada em tecido de alta resistência tipo poliamida ou equivalente, densidade mínima equivalente a 1000 denier, com tratamento hidrorrepelente e propriedades antimicrobianas, com sistema de fixação ajustável na perna, compatível com uso operacional, contendo no mínimo três compartimentos externos e compartimento interno para transporte de faca com bainha, na cor verde oliva, com ou equivalente tecnicamente superior.	606292	UN	11	R\$ 194,93	R\$ 2.144,23
25	Cinto tático confeccionado em fita de poliamida de alta resistência com largura de 40 mm, com sistema de regulagem auto blocante, costuras reforçadas, fivela de engate rápido tipo aviação em liga metálica ou zamac, compatível com uso operacional, nos tamanhos PP a GG, com comprimentos aproximados de 95 cm a 140 cm, na cor verde oliva ou equivalente.	604704	UN	11	R\$ 149,00	R\$ 1.639,00
26	Cotoveleira confeccionada em material termoplástico (TPU ou equivalente), flexível e resistente a impactos, com sistema de fixação ajustável, estrutura externa em material resistente à abrasão, parte interna em malha respirável para conforto, acabamento fosco antirreflexo, na cor verde oliva ou equivalente.	625419	PAR	11	R\$ 140,48	R\$ 1.545,28
27	Suporte para câmera de ação para capacete com interface de montagem padrão NVG, confeccionado em material plástico resistente, cor verde oliva, compatível com câmeras de ação que utilizem padrão de fixação tipo GoPro ou equivalente, destinado a capacetes táticos com suporte NVG, acompanhado de parafuso de fixação	631124	UN	6	R\$ 61,00	R\$ 366,00
	Lanterna portátil recarregável,					

28	corpo emborrachado ou material equivalente, equipada com LED tipo COB, fluxo luminoso mínimo de X lúmens, resistência à água grau mínimo IPX4 ou superior, bateria recarregável via USB, com autonomia mínima de X horas, acompanhada de carregador bivolt e cabo USB, ou equivalente tecnicamente superior	607428	UN	11	R\$ 167,00	R\$ 1.837,00
29	Apito de sinalização tipo trinado para controle de tráfego, confeccionado em metal com acabamento cromado anticorrosivo, com emissão sonora de alta intensidade, destinado a uso operacional, ou equivalente tecnicamente superior	238794	UN	30	R\$ 51,61	R\$ 1.548,30
30	Algema metálica para contenção de pulsos, confeccionada em aço inoxidável ou material de alta resistência à corrosão, com sistema de dupla trava de segurança, acompanhada de duas chaves metálicas e estojo de transporte compatível, ou equivalente tecnicamente superior	601933	UN	4	R\$ 212,00	R\$ 848,00
31	Óculos de proteção individual com armação em polipropileno ou material equivalente, lente escura com proteção lateral integrada, tratamento anti-risco e proteção contra impactos, com proteção contra radiação UV, acompanhado de estojo para armazenamento, certificado de aprovação (CA) válido ou equivalente normativo, ou produto tecnicamente superior	601716	UN	4	R\$ 40,99	R\$ 163,96
32	Bornal ou cinto porta-munição confeccionado em material polimérico de alta resistência com compartimentos em elastômero ou material equivalente, destinado ao acondicionamento de munições, compatível com calibres a serem especificados pela Administração, com sistema de fixação ajustável ao corpo ou ao cinturão tático, ou equivalente tecnicamente superior	630783	UN	11	R\$ 183,00	R\$ 2.013,00
33	Porta kit de primeiros socorros (IFAK), confeccionado em material de alta resistência e impermeável (ou equivalente), com múltiplos compartimentos internos para organização de materiais médicos, sistema de fechamento seguro, alça tiracolo removível e sistema de fixação compatível com uso tático ou operacional, com capacidade mínima de X litros e ou equivalente tecnicamente superior	601572	UN	11	R\$ 192,17	R\$ 2.113,87
34	Torniquete tático para controle de hemorragias em extremidades, confeccionado em materiais de alta resistência, com sistema de	628962	UN	11	R\$ 389,00	R\$ 4.279,00

	compressão por faixa ajustável e mecanismo de torção (windlass) ou equivalente, com fivela de travamento seguro, largura mínima de faixa de aproximadamente 4,5 cm, com sistema de retenção do bastão de torção, compatível com uso pré-hospitalar de emergência, com registro de horário de aplicação, acondicionado individualmente em embalagem protetora e compatível com sistema de porte modular, ou equivalente tecnicamente superior					
35	Bastão luminoso de sinalização equipado com LED de alto brilho, com modos de iluminação contínua e intermitente, destinado a sinalização operacional, com alimentação por bateria recarregável ou substituível, autonomia mínima de X horas, resistência à água grau mínimo IPX4 ou superior, estrutura resistente a impactos, ou equivalente tecnicamente superior	480024	UN	11	R\$ 50,61	R\$ 556,71
36	Disco rígido (HD) para videomonitoramento, capacidade mínima de 24 TB, padrão 3,5", interface SATA III (6 Gb/s), tecnologia de gravação CMR, carga de trabalho mínima de 550 TB/ano, operação 24/7, com MTBF elevado compatível com uso contínuo, cache mínimo compatível com alta performance, velocidade de rotação compatível com aplicações de vigilância, compatível com gravadores de vídeo em rede (NVR), incluindo o modelo existente na Administração, ou equivalente tecnicamente superior, com tecnologia de otimização para gravação contínua e múltiplos fluxos de vídeo.	463206	UN	3	R\$ 5.208,00	R\$ 15.624,00
37	Câmera Bullet HDCVI Full Hd, modelo similar ou superior ao Intelbras VHL 1220 B G8.  Características:  » Alta Definição de Imagens FULL HD 1080p. » Menu OSD na linha de entrada. » Protocolo HDCVI. » Cores por mais tempo. » Mais proteção, mais durabilidade » Compatível com modo Full HD.	615454	UN	40	R\$ 183,20	R\$ 7.328,00
38	Câmera tipo dome para sistema de videomonitoramento, tecnologia compatível com HDCVI ou equivalente, resolução mínima Full HD 1080p, com suporte a menu de configuração remoto (OSD ou	615067	UN	40	R\$ 212,37	R\$ 8.494,80



	equivalente), compatível com sistemas de gravação em rede e analógicos, com desempenho equivalente ou superior ao modelo de referência utilizado pela Administração, ou equivalente tecnicamente superior					
39	Gravador digital de vídeo (DVR /NVR híbrido) com no mínimo 16 canais, compatível com múltiplas tecnologias de câmeras (HDCVI, AHD, HDTVI, analógica e IP ou equivalentes), com compressão de vídeo H.265 ou superior, suporte a detecção inteligente de pessoas e veículos, saídas de vídeo HDMI e VGA, compatibilidade com protocolo ONVIF, suporte a pelo menos 1 disco rígido SATA de alta capacidade, com funcionalidades de integração híbrida entre canais analógicos e IP, ou equivalente tecnicamente superior	626899	UN	3	R\$ 1.449,00	R\$ 4.347,00

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 55 (cinquenta e cinco) dias contados a partir da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, improrrogável, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.5. O processo será por Registro de Preço, conforme disposto no inciso I, do art. 3º do decreto 11.462/2023, tendo em vista que a demanda por esses bens é previsível, mas variável em termos de quantidade e tempo. O registro de preços, nesse contexto, permite um planejamento eficiente, uma vez que se pode registrar os preços e as condições de fornecimento para eventuais compras ao longo do período, sem a necessidade de realizar novas licitações a cada necessidade.
- 1.6. A Ata de Registro de Preços assim como os quantitativos, poderão ser prorrogados, tendo em vista garantir a continuidade e a eficiência na aquisição dos materiais, atendendo às necessidades da administração pública de forma planejada e econômica. Com a prorrogação, podemos aproveitar os preços vantajosos já estabelecidos, evitando custos adicionais decorrentes de novas contratações ou processos licitatórios, o que representa uma economia significativa para o órgão, conforme orientação constante no PARECER n. 00075/2024/DECOR/CGU/AGU.
- 1.7. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.
- 1.8. Os quantitativos mínimos e máximos para cada item relacionado neste termo serão de 1/24 e sua totalidade, respectivamente.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os fabricantes, os importadores, os distribuidores, os comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos são responsáveis pelo ciclo de vida dos produtos.

4.1.2. A responsabilidade compartilhada será implementada de forma individualizada e encadeada.

4.1.3. Para os itens 03, 09, 10 e 36 só será admitida a oferta de bens que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 304, de 2023 do INMETRO.

4.2. Para todos os outros itens, a contratação deverá ser executada em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas na IN/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, além de atender as seguintes práticas de sustentabilidade, no que couber:

4.2.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR –15448-1 e 15448-2.

4.2.2. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, e que utilize materiais recicláveis, sem prejuízo da máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

### Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### Descrição dos Requisitos da Contratação

4.5. A presente contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais, legais e de desempenho, necessários para garantir o pleno atendimento das necessidades do Grupo de Segurança e Defesa de Barbacena (GSD-BQ), conforme descrito a seguir:

4.5.1. Requisitos Gerais: Os materiais a serem fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, sem qualquer tipo de recondicionamento, e entregues em perfeitas condições de funcionamento; Os equipamentos deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas constantes no Termo de Referência; e Os bens deverão possuir garantia mínima, conforme prática de mercado, contada a partir do recebimento definitivo.

4.5.2. Requisitos Técnicos Específicos:

4.5.2.1. Rádios comunicadores e repetidoras: Devem operar nas faixas de frequência especificadas (VHF/UHF), com estabilidade e qualidade de sinal, possuir homologação vigente junto à ANATEL, conforme legislação aplicável, permitir programação de canais e operação em ambiente analógico e/ou digital, conforme especificação, apresentar autonomia de bateria compatível com o uso operacional contínuo e ser resistentes a impactos, poeira e umidade.

4.5.2.2. Monitores profissionais: Devem possuir resolução mínima 4K, compatibilidade com operação contínua (mínimo 16/7), permitir múltiplas conexões (HDMI, USB, RJ45, entre outras) e apresentar brilho e qualidade de imagem adequados para uso em ambientes internos de monitoramento.

4.5.2.3. Refletores solares: Devem possuir autonomia energética por meio de bateria interna, ser resistentes à água e intempéries (uso externo) e fornecer iluminação compatível com a potência especificada.

4.5.2.4. Portões metálicos: Devem ser fabricados com materiais resistentes (metal on e gradil), garantindo durabilidade e segurança, possuir dimensões e acabamento conforme especificado e ser adequados para instalação em área externa, com resistência às condições climáticas.

4.5.3. Requisitos de Entrega:

4.5.3.1. A entrega deverá ocorrer em local indicado pela Administração, nas dependências da EPCAR;

4.5.3.2. Os itens deverão ser entregues devidamente acondicionados, acompanhados de manuais, acessórios e certificados, quando aplicável;

4.5.3.3. O prazo de entrega deverá ser compatível com a urgência operacional, a ser definido no Termo de Referência.

#### 4.5.4. Requisitos Legais e Normativos

4.5.4.1. Atendimento à Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos);

4.5.4.2. Observância às normas da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), no caso de equipamentos de rádio comunicação;

4.5.4.3. Conformidade com normas técnicas brasileiras aplicáveis (ABNT), quando couber;

4.5.4.4. Cumprimento das exigências ambientais e de sustentabilidade, especialmente quanto ao descarte e eficiência energética.

#### 4.5.5. Requisitos de Sustentabilidade:

4.5.5.1. Preferência por equipamentos com maior eficiência energética;

4.5.5.2. Produtos que possuam menor impacto ambiental durante seu ciclo de vida;

4.5.5.3. Embalagens recicláveis ou com menor geração de resíduos;

4.5.5.4. Atendimento a critérios de sustentabilidade previstos em normativos da Administração Pública Federal;

4.6. Quanto ao item 36, o HD a ser adquirido deverá apresentar capacidade de armazenamento compatível com a demanda do circuito interno de segurança da DAS, alta confiabilidade, velocidade de leitura e gravação compatíveis com o fluxo contínuo de dados, além de proteção contra falhas e compatibilidade com os sistemas de monitoramento existentes.

4.7. Em relação aos itens 1 e 6, a exigência de compatibilidade com o rádio comunicador Hytera PD406 justifica-se pela necessidade de integração plena dos novos equipamentos aos atualmente em utilização pela Administração, composto por rádios desse modelo. A adoção de equipamentos compatíveis visa assegurar a interoperabilidade das comunicações, permitindo o funcionamento conjunto entre os rádios existentes e os novos a serem adquiridos, sem a necessidade de substituição integral da infraestrutura já instalada ou de investimentos adicionais em sistemas, acessórios e processos de programação. Ressalta-se que a exigência não tem por objetivo direcionar a contratação para determinada marca ou fabricante, uma vez que serão aceitos equipamentos de qualquer marca que atendam às especificações técnicas estabelecidas e que sejam capazes de se comunicar de forma eficiente com o modelo Hytera PD406, garantindo a continuidade operacional, a padronização dos procedimentos de comunicação e a economicidade da contratação.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Santos Dumont, número 149, Bairro São José, CEP 36.205-900, Barbacena /MG, de segunda a quinta-feira de 09h às 17h e sexta-feira de 08h às 12h.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

## **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/03/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral para as quantidades constantes na nota de empenho.

### CrITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

### Exigências de habilitação



9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação Técnica

9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. Será admitida, para fins de comprovação, a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado comprovando o fornecimento de, no mínimo, 01 (um) item compatível com o objeto licitado.

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 229.290,82 (duzentos e vinte e nove mil, duzentos e noventa reais e oitenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

# 13. ANEXO I

## Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, Nota de Empenho, ou documento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
  - 1.3.1. Referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
  - 1.3.2. O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
  - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
  - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
  - 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
  - 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
  - 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
  - 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
  - 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
  - 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
    - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
  - 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.
  - 3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
  - 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
  - 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
  - 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
  - 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 5.5.3. Indenizações e multas.
- 5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

- 6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8. FORO**

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Belo Horizonte, Seção Judiciária de Belo Horizonte para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**14. ANEXO II**

**TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

**15. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANTONIO CLAUDINO SILVA JUNIOR**  
Responsável Técnico do GSD

**MIRIAM DEL VALE LEMOS DOS SANTOS**  
Responsável formal

**VIRGILIO AUGUSTO MIRANDA**

Responsável formal

Despacho: Aprovo o presente documento

**FERNANDA DE CRISTO MARQUES SILVA**

Ordenador de despesas delegado



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Termo de Referência
Data/Hora de Criação:	19/06/2026 14:09:33
Páginas do Documento:	23
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	24
Hash MD5:	700f4c6cb47a4c02bbd940be1f2e8222
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten VIRGILIO AUGUSTO MIRANDA no dia 19/06/2026 às 11:10:41 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MIRIAM DEL VALE LEMOS DOS SANTOS no dia 19/06/2026 às 11:11:36 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major ANTONIO CLAUDINO SILVA JUNIOR no dia 22/06/2026 às 14:16:19 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int FERNANDA DE CRISTO MARQUES SILVA no dia 22/06/2026 às 15:00:23 no horário oficial de Brasília.



## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO